

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.820.029 - DF (2019/0168855-9)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : APARECIDA DE FATIMA GOMES DOS SANTOS
AGRAVANTE : CLAUDIA DA SILVA COSTA
AGRAVANTE : CLAUDINEIA DA CONCEICAO PEREIRA
AGRAVANTE : FATIMA RODRIGUES DIAS
AGRAVANTE : JOAO COSMO ENEAS
AGRAVANTE : MARTA DOS SANTOS VICENTE
AGRAVANTE : PAULO XAVIER DA COSTA FILHO
AGRAVANTE : RAQUEL ANTUNES CAMPOS LIMA
AGRAVANTE : RENATO HENRIQUE PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE : VANDERLI FERREIRA DE CARVALHO
ADVOGADOS : RANIERE FERREIRA CÂMARA E OUTRO(S) - DF031703
GABRIELA LYRA ALMEIDA BORGES FRANÇA - DF056494
AGRAVADO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : FABIANO LIMA PEREIRA E OUTRO(S) - DF034228

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL AGRAVO INTERNO INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO DA SEGUNDA TURMA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ARTS. 1.021, **CAPUT**, DO CPC/2015 E 259, **CAPUT**, DO RISTJ. DESCABIMENTO. ERRO GROSSEIRO. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO, COM APLICAÇÃO DA MULTA, PREVISTA NO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015.

I. Agravo interno ajuizado contra acórdão que julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015.

II. O presente Agravo interno foi interposto contra acórdão prolatado pela Segunda Turma desta Corte, que não conheceu do Recurso Especial, ante os óbices das Súmulas 282 e 284 do STF, e por não competir ao STJ manifestar-se sobre violação a princípios e normas constitucionais, em sede de Recurso Especial, sob pena de usurpação da competência do STF.

III. Nos termos dos arts. 1.021, **caput**, do CPC/2015 e 259, **caput**, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, o Agravo interno não é o meio adequado para a impugnação de acórdão, proferido por órgão colegiado, sendo sua utilização, para tal fim, qualificada como erro grosseiro, descabendo a aplicação do princípio da fungibilidade recursal. Precedentes.

IV. Agravo interno não conhecido, com aplicação da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa, por se tratar de recurso manifestamente inadmissível.

Superior Tribunal de Justiça

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do agravo interno, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(data do julgamento).

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES

Relatora

